



PROPOSIÇÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A Constituição do Estado do Paraná fica acrescida de mais um artigo, com a seguinte redação:

“Art. 158 — É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social econômica especialmente mediante:

- I — educação especial e gratuita;
- II — assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social;
- III — proibição de discriminação inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
- IV — possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.”

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1.981.

a) Gabriel Sampaio.

APOIAMENTO:

Paulo Camargo, Palácios, José Domingos, Nilso Sguarezi, Nelson Buffara, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Romero Filho, Renato Bernardi, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, David Cheriegate, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Adalberto Daros, Edilson Alencar, Tércio Albuquerque, Carlos Zanlorenzi, Luiz Alberto Oliveira e Jurandir Messias.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda n.º 12 à Constituição Federal, promulgada em 17 de outubro de 1.978, procurou assegurar aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica.

Nada mais justo, portanto, que neste Ano Internacional do Deficiente Físico, assim instituído pela O.N.U., o texto de nossa Constituição Estadual seja adaptado à Carta Magna Federal, a fim de que idênticas garantias sejam asseguradas àqueles que necessitam de proteção do Governo.